



Centenas de prefeitos participam de reunião no Auditório Petrônio Portella, do Senado. Ao lado do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Renan Calheiros promete se empenhar por uma solução para a crise

MP do Bem pode incluir solução para municípios

Idéia do presidente do Senado, Renan Calheiros, é incluir na medida provisória emenda autorizando o parcelamento em até 240 meses das dívidas das prefeituras com a Previdência Social e permitindo a troca da Selic pela TJLP na correção dos débitos

Diante de centenas de prefeitos de todo o país que estiveram no Senado para discutir suas dificuldades, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que é possível incluir, na chamada MP do Bem, solução para o problema das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. "Se o governo vetar essa solução, reunirei o Con-

gresso Nacional para derrubar esse veto", prometeu. A idéia é incorporar à medida provisória emenda que autorize o parcelamento em até 240 meses das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. A correção dos débitos passaria a ser feita pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e não mais pela Selic, o indexador de cobrança, restituição ou

compensação de tributos federais. Vários senadores estiveram no Auditório Petrônio Portella para ouvir as reivindicações dos prefeitos e prestar-lhes solidariedade. Lúcia Vânia apontou a gravidade da situação das prefeituras e Pedro Simon considerou uma questão de honra aprovar o aumento do Fundo de Participação dos Municípios. **Página 3**

Ministro prevê redução de tarifa básica de telefone

A redução do preço da assinatura básica dos telefones fixos pode beneficiar 35 milhões de brasileiros, segundo previsão do ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao final de uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre a implantação da televisão digital no Brasil. Ele afirmou que o sistema brasileiro de televisão digital deverá priorizar soluções técnicas que estimulem a inclusão social. **Página 7**



Donizete de Carvalho Rosa (E) nega esquema de caixa dois; a seu lado, Efraim e Garibaldi, presidente e relator da CPI dos Bingos

Contradições em depoimentos na CPI dos Bingos

Ex-secretário de governo na gestão de Antonio Palocci em Ribeirão Preto, Donizete de Carvalho Rosa desmentiu existência de caixa dois que incluiria a confecção de impressos para a campanha de Lula. O suposto esquema foi denunciado ontem por Luciano Maglia, ex-gerente da Villimpress Indústria e Comércio Gráficos, também em depoimento à CPI dos Bingos. Convocação de Palocci para depor divide opiniões. **Página 4**



Segundo Paim, o documentário resgata o modo de vida no Sul do Brasil em 1750

Paim elogia documentário da TV Senado

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a TV Senado pela exibição do documentário *Missões Jesuíticas: Os guerreiros da fé*, produzido pelos jornalistas Deraldo Duarte e Chico Santana. O documentário, disse o senador, dá a dimensão exata da influência dos padres jesuítas na formação da República Guarani na região denominada de Sete Povos das Missões.

Os padres jesuítas, lembrou, ajudaram os índios guaranis a desenvolver um avançado sistema coletivo de produção no noroeste do Rio Grande do Sul. Paim apontou o mérito do documentário de resgatar o modo de vida no Sul do Brasil em 1750, que teria deixado marcas nas artes, na economia, cultura e identidade brasileiras.

Racismo

O senador lamentou, em seguida, o episódio de racismo vivido pelo goleiro do Vitória Luís Felipe Ventura dos Santos, que teria sido chamado de "negro safado" pelo ex-presidente do clube Paulo Carneiro. O ex-dirigente teria acusado o goleiro de ter facilitado o jogo do Vitória contra a Portuguesa. A pouca repercussão nacional do caso, observou Paim, mostra a necessidade da manutenção da luta contra o racismo.

Eduardo pede solução para greve dos professores universitários

Na próxima semana, líderes devem discutir paralisação com comando de greve da categoria

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou que na próxima semana líderes partidários do Senado deverão se reunir com o comando nacional da greve dos professores das universidades públicas. Iniciada em agosto, a paralisação conta com o apoio da Associação Nacional dos Docentes do Ensino



Eduardo: senadores podem encaminhar ao governo solução consensual para greve

Superior (Andes).

Ao registrar a presença em Plenário de representantes dos docentes em greve, o senador pelo

Tocantins conclamou os demais senadores a discutir com os grevistas e encaminhar ao governo uma solução para a paralisação. Ele pediu ainda a inserção nos Anais do Senado de documento encaminhado pelos professores relacionando os motivos da greve, como a ausência de reposição salarial.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) acusou o governo de nem sequer manifestar a intenção de dialogar com os professores sobre suas reivindicações, o que traria graves prejuízos à categoria, às universidades e aos próprios alunos.



Eleição dos membros do Conselho Federal da instituição será justa, diz Papaléo

Papaléo comemora alteração do estatuto da OAB

Papaléo Paes (PSDB-AP) comemorou, ontem, a sanção e publicação da Lei 11.179/05, que altera o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e que se originou de projeto de sua autoria. Antes da nova lei, conforme destacou o senador, os membros do Conselho Federal da OAB eram eleitos pelos conselheiros estaduais, aliando-se os conselheiros federais do processo de escolha.

– Só a título de comparação, é como se os deputados estaduais pudessem eleger os membros da Mesa do Senado, ficando de fora da votação os senadores. Nada mais justo que os senadores elejam sua própria Mesa diretora – comentou.

Papaléo manifestou também seu apoio aos prefeitos reunidos em Brasília e considerou justas suas reivindicações.

O senador sugeriu ainda a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a "máfia da arbitragem" no Campeonato Brasileiro de Futebol. Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) disse acreditar que essa máfia é o motivo que tem levado muitos clubes à falência e à segunda divisão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário: homenagem e MP do Bem

A sessão, com início às 14h, homenageia o ex-deputado e ex-senador Ernani do Amaral Peixoto. Na ordem do dia, constam três medidas provisórias que trancam os trabalhos parlamentares. Entre elas, a conhecida como MP do Bem (MP 252/05), que busca desonerar setores da economia.



CPI dos Bingos ouve suspeito de organizar festas para políticos

A CPI dos Bingos reúne-se às 11h30 para ouvir Vladimir Poletto, suspeito de praticar tráfico de influência entre autoridades e empresários, inclusive com a realização de festas. Ele foi identificado nas

escutas telefônicas de Rogério Buratti. Com o adiamento do depoimento do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh para quinta-feira, a comissão pode ouvir hoje o procurador da República Lucas Furtado.

Benefício a doentes graves

Às 9h30, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, entre outros, projeto que dá prioridade aos portadores de doenças graves no andamento dos atos judiciais e de diligências (PLS 145/04).

Publicitários regulamentados

A regulamentação da profissão de publicitário será debatida na Comissão de Educação (CE), às 10h, com representantes da Federação Nacional das Agências de Propaganda, entre outros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Henrique Eduardo Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Augusto Botelho

Mobilização de prefeitos recebe apoio no Senado

Durante o evento, Renan Calheiros afirma que MP do Bem pode trazer solução para o problema das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. Idéia é parcelar débitos e corrigi-los por meio da TJLP

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que é possível incluir, na chamada MP do Bem, uma solução para o problema das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. A declaração foi feita durante encontro de prefeitos de todo o Brasil que estiveram no Senado para discutir as dificuldades por que passam os municípios.

– Se o governo vetar essa solução, reunirei o Congresso Nacional para derrubar esse veto – prometeu.

A proposta é incluir na Medida Provisória 252/05, modificada na Câmara pelo Projeto de Lei de Conversão 23/05, emenda autorizando o parcelamento em até 240 meses das dívidas das prefeituras com a Previdência e permitindo o uso da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em vez da Selic, na correção desses débitos. Essa providência atenderia a mais de mil municípios. Hoje, 25% das prefeituras brasileiras deixam de receber repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à inadimplência. As parcelas que lhes caberiam são usadas para o abatimento nas dívidas com a Previdência.



Renan (ao microfone, no centro) fala no encontro que reuniu prefeitos, senadores e um governador com o objetivo de discutir solução para o endividamento das prefeituras

Vários senadores estiveram no encontro dos prefeitos, realizado no Auditório Petrônio Portella, para ouvir as reivindicações e prestar solidariedade aos prefeitos que vieram a Brasília cobrar mais recursos para os municípios.

Pedro Simon (PMDB-RS) marcou presença no início do evento, afirmando que “o futuro do Brasil está diretamente ligado ao dos municípios”. Simon considerou “uma questão de honra funda-

mental” o aumento de um ponto percentual no FPM, que passaria de 22,5% para 23,5%. Ramez Tebet (PMDB-MS), ex-presidente do Senado, também prestou solidariedade aos municípios e afirmou estar do lado dos prefeitos. Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou a gravidade da situação das prefeituras e declarou que “a falência das prefeituras significa a falência do país”.

Compareceram também ao

evento o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Mão Santa (PMDB-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC), Iris de Araújo (PMDB-GO), Serys Slhessarenko (PT-MT), Osmar Dias (PDT-PR), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL).

Tumulto

A chegada dos prefeitos ao Senado foi marcada por tumulto

entre seguranças da Casa e líderes das associações municipais. A confusão ocorreu devido ao excesso de bandeiras dos participantes da mobilização e à falta de identificação de algumas pessoas. A situação só foi controlada quando o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acompanhou os prefeitos ao auditório. O parlamentar pediu desculpas, em nome do Senado, pelo incidente.

Senadores cobram providências do governo federal

Em discursos no Plenário, parlamentares reclamam maior atenção aos pleitos dos prefeitos



A CURTO PRAZO, Alvaro Dias (PSDB-PR) defende a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do aumento de um ponto percentual no FPM. "Segundo a redação dada pelo Senado, esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decênio de dezembro", explicou. Na avaliação do senador, é importante cumprir esse cronograma para que os municípios tenham condições de pagar o 13º salário.



O AUMENTO NO FPM ainda não entrou em vigor porque o governo federal não quis, conforme a avaliação de Leonel Pavan (PSDB-SC). O projeto foi aprovado pelo Senado no ano passado, como parte da reforma tributária. "Se o presidente Lula quisesse, mandaria votar; mas, infelizmente, o governo alardeia na imprensa que quer ajudar os municípios, e age em sentido contrário", concluiu Pavan.



EM APOIO À PROPOSTA que aumenta o montante do FPM, Mão Santa (PMDB-PI) critica a crescente concentração de recursos pela União, assinalando que as prefeituras ficam com uma parcela cada vez menor da arrecadação tributária nacional. Conforme mencionou, a Confederação Nacional dos Municípios estima que a União fica hoje com 61%, os estados com 25% e os municípios com apenas 14%.



A POSTURA DA EQUIPE ECONÔMICA, que em agosto destinou R\$ 13,5 bilhões para o pagamento de juros da dívida externa e apenas R\$ 1 bilhão para o FPM, é criticada por Osmar Dias (PDT-PR). "Esse montante é pouco dinheiro para a União, mas pode significar o pagamento do 13º salário dos servidores para os municípios", afirma, acrescentando que os mais prejudicados são os pequenos municípios.



CELERIDADE NA APROVAÇÃO do aumento de um ponto percentual no FPM, que passaria de 22,5% para 23,5%, foi cobrada por Serys Slhessarenko (PT-MT). Ao manifestar seu apoio às reivindicações de prefeitos e vereadores reunidos em Brasília, a senadora observou: "Agora está dependendo da Câmara. O Senado e o governo federal já fizeram a sua parte".



"ISSO JÁ PASSOU DA CONTA", desabafou Ramez Tebet (PMDB-MS). Há mais de um ano, segundo ele, os prefeitos esperam que o governo cumpra sua palavra e trabalhe pela aprovação da proposta que aumenta o FPM. "Há municípios que não receberam absolutamente nada e estão com o funcionalismo em atraso", disse o parlamentar, lamentando especialmente a situação dos situados no interior do país.



SOLIDARIEDADE AOS PREFEITOS presentes no Senado foi manifestada por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele apontou má-vontade do governo federal com relação a estados e municípios, dos quais arrecada recursos, mas não os devolve. Antonio Carlos fez um apelo aos demais senadores para pressionar o governo a “acordar para as necessidades do Brasil e trabalhar sério”.



A PONTAPÉS – é assim que, segundo Ney Suassuna (PMDB-PB), o governo federal vem tratando os municípios. O senador disse se envergonhar com o tratamento que a União dispensa aos municípios. Ele ressaltou que “não é na União ou no estado que o povo mora, mas no município”. Suassuna lamentou que as prefeituras estejam hoje acossadas pelas dívidas com a Previdência Social e pelos precatórios.



Ex-diretor de gráfica de Ribeirão Preto denuncia esquema de caixa dois do PT que teria ocorrido na gestão do então prefeito Antonio Palocci, mas é desmentido pelo então secretário de governo; requerimento de convocação do ministro da Fazenda divide presidente e relator da CPI dos Bingos

Falta consenso sobre convocação de Palocci por CPI

Ao final da reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), demonstraram ter opiniões diferentes sobre a possível convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para prestar depoimento aos senadores. Entretanto, Efraim e Garibaldi, em entrevista coletiva à imprensa, garantiram que o requerimento de convocação

do ministro será colocado em votação assim que todos os integrantes da CPI concordarem em votar o pedido.

Questionado sobre se a CPI teria se tornado um palco para a oposição, Garibaldi avaliou que a comissão, por abranger amplo campo de atuação, não tem como escapar das questões políticas. O relator, no entanto, ponderou ser tarefa dos integrantes de todas as CPIs em funcionamento no Congresso Nacional manter “um comportamento de equilíbrio,

muito cuidado e moderação para não politizar as comissões”.

– Eu acho que o momento ainda não é de convidar o ministro Palocci, porque não existem os elementos necessários para que nós possamos convocá-lo – afirmou Garibaldi, ao ressaltar que a CPI não descarta a convocação do ministro.

O relator sugeriu que o depoimento de Palocci só deve ocorrer quando a CPI tiver conseguido informações e documentos que apontem a necessidade da con-

vocação. No entanto, na opinião de Efraim, já existem elementos suficientes para que a CPI dos Bingos chame o ministro da Fazenda. A tendência do presidente da comissão é colocar em votação todos os requerimentos na reunião administrativa de hoje, às 12h.

Efraim disse que todo e qualquer requerimento só será colocado em votação se houver entendimento entre os senadores que integram a CPI dos Bingos. Já para o senador Flávio Arns (PT-PR), o depoimento de Palocci é

“completamente desnecessário”. Na avaliação de Arns, a convocação do ministro “é derivada de outros objetivos que causam prejuízo para todo o país no sentido de criar um clima de desestabilização, de animosidade”.

Efraim negou que a CPI dos Bingos esteja se transformando no principal palco de oposição ao governo Lula.

– Esta CPI não tem a preocupação de fazer oposição ao governo Lula, ela tem compromisso com a verdade – garantiu.

Aprovada a contratação de auditores

A CPI dos Bingos aprovou ontem a contratação de profissionais especializados na área de auditoria e contabilidade para dar maior celeridade aos trabalhos administrativos da comissão. O objetivo dos senadores é priorizar a análise de uma série de documentos, em especial os decorrentes das quebras de sigilos bancário, telefônico e fiscal de mais de 80 pessoas e empresas.

Hoje, a CPI deve votar uma série de requerimentos antes de tomar o depoimento de Wladimir Poletto. Por diversas vezes, Poletto manteve contato telefônico com Rogério Buratti (ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto-SP), acusado por ex-diretores da Gtech de ter exigido propina à empresa, no valor de R\$ 6 milhões, para a renovação do contrato entre a multinacional e a Caixa Econômica Federal (CEF), em abril de 2003. A comissão também decidiu antecipar para hoje o depoimento do procurador-geral da República junto ao TCU, Lucas Furtado.



Ao lado de Efraim e Garibaldi, Luciano Maglia (E) depõe na CPI dos Bingos

Ex-diretor de gráfica afirma que houve repasse para caixa dois do PT

Em depoimento à CPI dos Bingos, Luciano Maglia, ex-gerente financeiro da Villimpress Indústria e Comércio Gráficos Ltda., voltou a afirmar ontem que existia um esquema de caixa dois usado pelo PT, que incluiria a confecção de impressos para a campanha de Lula à Presidência.

Segundo Maglia, Juscelino Antônio Dourado, ex-chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, era o principal responsável pelas solicitações de todos os serviços gráficos de campanha durante a gestão de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto e atuava com a ajuda de Donizete de Carvalho Rosa, atual dire-

tor-superintendente do Serpro. Juscelino Dourado, na época, era secretário da Casa Civil.

– A Villimpress emitia boletos bancários em nome de Juscelino Dourado. As notas fiscais eram endereçadas à empresa Leão & Leão, responsável pela coleta de lixo em Ribeirão Preto, que pagava as contas – contou Luciano Maglia, ao afirmar que em 2002 os serviços gráficos podem ter alcançado a cifra de R\$ 300 mil.

Maglia garantiu que a Villimpress, que o está processando judicialmente, chegava a colocar nas notas de serviços as iniciais “PF”- ou seja, “Por Fora” – o que caracterizaria o caixa dois.

Ex-secretário municipal diz que denúncia é "versão fantasiosa"

O ex-secretário de governo da prefeitura de Ribeirão Preto Donizete de Carvalho Rosa classificou como “versão fantasiosa” a acusação de que teria participado de irregularidades na contratação das empresas Vilimpress Indústria e Comércio Gráficos e Leão & Leão pelo poder municipal. Donizete foi acusado pelo ex-gerente financeiro da Vilimpress Luciano Maglia de praticar ilegalidades nessas empresas, junto com Juscelino Dourado, para levantar fundos para as campanhas eleitorais do PT. Os dois acusados atuaram na gestão de Antônio Palocci Filho como prefeito.

Nas duas horas de depoimento à CPI dos Bingos, Donizete negou ter participado ou tomado conhecimento do suposto esquema. Informou que, em 1993, início do primeiro mandato de Palocci como prefeito, foi convidado por ele a assumir a diretoria da Companhia Municipal de Água e Esgoto, ocupando depois o cargo de secretário. O depoente disse que deixou a prefeitura em 1996,

ao ser eleito vereador, voltando ao cargo de secretário municipal em 2001, quando Palocci foi eleito prefeito pela segunda vez.

Donizete assinalou ser filiado ao PT desde 1981, já tendo ocupado cargos na diretoria estadual da legenda. Sobre Rogério Tadeu Buratti, também ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto na gestão Palocci, Donizete afirmou tê-lo conhecido em 1992. Em resposta ao relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), observou ter com Buratti apenas relações de amizade, sem vínculo comercial.

O depoente negou ainda saber da existência de doações de casas de bingos para campanhas petistas em 2002. Ressaltou que não conhece Carlinhos Cachoeira nem Waldomiro Diniz. Ao responder a pergunta do senador José Jorge (PFL-PE), Donizete comentou ter conhecido Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda de Palocci acusado de recolher R\$ 50 mil mensais da empresa Leão & Leão em favor da prefeitura, no início da gestão do então prefeito.

Presidente do Citibank vai depor em 18 de outubro

A CPI Mista do Mensalão transferiu para 18 de outubro os depoimentos do presidente do Citibank, Gustavo Marin, e do procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior. Os depoimentos, agendados para ontem, foram cancelados a pedido deles próprios. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que a

comissão solicitasse de Gustavo Marin a apresentação de um documento que comprovasse a participação dele em reunião com o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme alegação apresentada para o adiamento.

A comissão também transferiu para 4 de outubro o depoimento de José Luís Alves, que aparece na lista de

sacadores de Marcos Valério, e para o dia 5 do mesmo mês o depoimento do ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino. Em 6 de outubro, a comissão deverá ouvir o deputado Ronivon Santiago (PP-AC), acusado de envolvimento na suposta compra de votos para a emenda da reeleição, em 1997.



Amir Lando (E) e Paulo Baltazar, presidente e vice da CPI do Mensalão



Rogério Tolentino fala à CPI dos Correios e confirma que comprou apartamento da ex-mulher de José Dirceu a pedido do então presidente do Banco Popular

Sócio de Valério confirma que fez empréstimo de R\$ 10 mi para o PT

Em depoimento ontem na Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, o advogado Rogério Tolentino, que defende empresas de Marcos Valério há 18 anos, e também é seu sócio, afirmou ter feito um empréstimo de R\$ 10 milhões junto ao BMG a pedido do empresário. O advogado disse que, na época, não sabia que o dinheiro era destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Tolentino confirmou também ter comprado apartamento no valor de R\$ 115 mil de Ângela Saragosa, ex-mulher do deputado José Dirceu (PT-SP). O advogado contou aos parlamentares que, por meio do ex-presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, soube que Ângela queria vender o apartamento. Segundo informou, Ivan Guimarães gostaria de comprar o apartamento, mas não tinha o dinheiro.

O advogado decidiu então comprar o imóvel, que hoje está alugado para a mãe de Guimarães que, segundo Tolentino, paga o aluguel normalmente. O ex-presidente do Banco Popular, em depoimento prestado à CPI, negou saber que o apartamento

pertencia a Ângela Saragosa.

Pagamento

Segundo Tolentino, o deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI do Banestado, recebeu R\$ 120 mil por serviço prestado para o empresário Marcos Valério, tendo o pagamento sido feito pela empresa 2S Participações.

O depoente explicou que o contato para os trabalhos foi feito por ele e que, talvez por isso, o deputado tenha se confundido ao dizer que o pagamento teria sido feito por sua empresa de advocacia. O sócio de Valério assinalou que o primeiro cheque pago a Mentor foi assinado por ele próprio, mas que o dinheiro foi posteriormente ressarcido pela 2S.

Como a primeira nota fiscal emitida foi da empresa de Tolentino, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) afirmou que houve crime fiscal se o serviço, na verdade, se destinava a outra empresa. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que há notas fiscais e cheques comprovando que o serviço foi pago por Tolentino.

O advogado também informou aos parlamentares que defendeu contas de campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) no Tribunal Regional Eleitoral, mas que isso aconteceu antes da sociedade com Valério e que não há nenhuma relação desse caso com os fatos apurados pela comissão de inquérito.



Sob a presidência de Fruet (E), Tolentino depõe em sub-relatoria da CPI dos Correios

Serraglio: houve "conluio" em licitação nos Correios

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que está convencido de que houve uma espécie de "conluio" para garantir superfaturamento nos contratos de transporte de linhas aéreas da estatal. A declaração foi dada na Sub-Relatoria de Contratos e Licitações, durante o depoimento dos representantes da Beta, empresa que, ao lado da Skymaster, operou as linhas nos últimos anos.

– As empresas tinham um entendimento e quem ganhasse, sub-contrataria a outra. Então, uma aparecia com um preço muito acima da outra. Ganhava a que apresentava o preço baixo e depois eram feitos acordos de reequilíbrio, sem licitação – disse.

Sem líderes da Câmara, não há acordo para votar reforma política

Sem contar com a participação dos líderes partidários na Câmara, acabou sem acordo a reunião convocada pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para tentar encontrar uma saída para a aprovação da reforma política. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que levaria ainda ontem ao presidente da República a proposta de aprovar a reforma política já votada pelo Senado. O presidente vetaria os pontos em que não há consenso e sancionaria os que tratam da redução dos custos de campanha.

– Por exemplo, não há consenso sobre a proibição da divulgação de pesquisas no período de 15 dias antes das eleições. Esse é um item que o presidente poderia vetar. Dessa forma, é viável aprovar a reforma política. Ela é indispen-

sável, pois reduz drasticamente os gastos de campanha – afirmou.

Segundo Mercadante, o "coração da reforma" consiste em acabar com as grandes produções de tevê, os chamados showmícios, a distribuição de brindes e qualquer outra coisa que signifique um benefício pessoal ao eleitor, além de obrigar os candidatos a disponibilizar na Internet as contas – receita e despesa – da campanha.

Líder do PSDB, Alvaro Dias (PR) destacou que é muito difícil aprovar até sexta-feira qualquer projeto de reforma política. Seu partido, observou, defende a aprovação da proposta de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que altera o prazo para mudanças na legislação eleitoral estabelecido na Constituição.



Moreira Matiz

Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Ana Júlia pede agilidade do governo

Ana Júlia: reforma agrária será uma homenagem a Dorothy Stang

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) apelou por mudanças no sistema de contingenciamento de verbas orçamentárias adotado pelo governo federal, de forma a ampliar a injeção de recursos na reforma agrária e, assim, aliviar o clima de tensão no campo. A petista fez o apelo ao comentar visita ao Congresso de David Stang, irmão da missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro, vítima dos conflitos de terra no Pará.

Para Ana Júlia, a adoção de uma política que promova a reforma agrária será uma homenagem à missionária.

– O poder público precisa ser mais ágil para poder acabar com o clima de tensão. A sua lentidão faz com que algumas pessoas passem, de certa forma, a contar com o respaldo do Estado para continuar a praticar seus crimes – comentou.

"Impunidade"

A comitiva norte-americana que acompanha as investigações sobre a morte de Dorothy

Stang reuniu-se ontem com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. O irmão da missionária integra o grupo.

Ana Júlia participou do encontro e afirmou que "a impunidade é uma das marcas do país e, especialmente, dos conflitos de terras no Pará". A parlamentar acusou ainda a polícia paraense de estar a serviço da bandidagem e dos grileiros de terra.

Ao denunciar a suposta cumplicidade entre policiais e grileiros, a senadora comentou a prisão recente de dois trabalhadores rurais por policiais do Pará que estariam, na ocasião, usando veículo de Luiz Ungaratti, um dos principais suspeitos de ser o mandante da morte da missionária.

O advogado Brent Rushforth, que integra a comitiva norte-americana, revelou que os responsáveis pelas investigações revelaram que há 25 testemunhas no caso, mas que apenas uma está sob proteção policial.

Heráclito manifesta apoio a Heloísa Helena

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou ontem apoio a Heloísa Helena (PSOL-AL) pelo fato de a senadora ter sido insultada pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO), semana passada, durante sessão conjunta das CPIs dos Bingos e do Mensalão. O senador disse que Heloísa "foi vítima da ira desproporcional do deputado" na audiência destinada a ouvir o banqueiro Daniel Dantas.

– Nunca tinha visto aquilo antes – observou.

Heráclito informou que, na véspera do depoimento do banqueiro, uma pessoa com falsa credencial de repórter



Rosevelt Pinheiro

Heráclito condena agressões do deputado Valverde à senadora

fotográfico teria distribuído um "dossiê" com perguntas, respostas e contra-respostas. De um total de 110 perguntas, segundo o senador, 77 teriam sido encaminhadas por representantes da base governista.

– Algumas das perguntas, defendendo interesses do Citibank, foram repetidas de maneira vergonhosa. Não trocaram nem a seqüência – criticou.

Motta critica dispositivo da MP do Bem

João Batista Motta (PMDB-ES) apelou aos senadores para que rejeitem a parte da MP do Bem que institui o regime especial de aquisição de bens de capital, suspendendo a incidência do PIS/Pasep e da Cofins na importação de máquinas e equipamentos para empresas que tenham pelo menos 80% de sua receita bruta proveniente de exportações.

O senador opinou que o texto “é vergonhoso” e significa um ato criminoso contra a economia brasileira. Segundo Motta, apenas empresas que hoje pagam poucos impostos “estão acumulando riquezas incalculáveis”. A Medida Provisória 252 está trancando a pauta.

Flexa Ribeiro quer compensar perdas estaduais

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu apoio para a proposta de emenda à Constituição que pretende apresentar obrigando o governo federal a destinar 30% da arrecadação do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para ressarcir os estados pelas perdas provocadas pela Lei Kandir. Essa legislação suspendeu a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações e dos investimentos das empresas.

O parlamentar paraense lamentou ainda os vetos do presidente da República a vários artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ideli aponta "círculo virtuoso" na economia. Cristovam diz que faltou adoção de um choque social, enquanto Virgílio sustenta que espera foi em vão



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Para Cristovam, governo deveria impulsionar economia; Ideli destaca avanços do país; Virgílio vê população insatisfeita e maltratada

Senadores analisam os mil dias do governo do presidente Lula

Os mil dias do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, completados este mês, foram analisados, ontem, em pronunciamentos no Plenário, pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Cristovam Buarque disse que a data evidencia sua frustração pelo fato de o governo ainda não ter dado provas de que caminha para uma mudança. Na opinião do senador, o período deveria marcar a determinação da administração petista em imprimir um choque social no país, capaz de reverter a desigualdade social e colocar a economia em marcha.

Medidas nas áreas de educação, habitação popular e saneamento básico fariam a economia andar ao mesmo tempo em que combateriam a pobreza, sustentou. A seu ver, os poderes Executivo e Legislativo precisam começar a estudar um processo de transição na economia, visando prepará-la para mudanças nas próximas décadas. Cristovam observou não ter visto nenhuma referência na imprensa ou no próprio governo sobre os mil dias de Lula na Presidência da República.

Melhorias

Já a senadora Ideli Salvatti afirmou que a economia brasileira está entrando em um “círculo virtuoso”, circunstância que resulta em

melhoria das condições de vida da população. Para endossar seu argumento, mencionou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revelam aumento de 3,7% no poder aquisitivo da população entre agosto de 2004 e agosto de 2005. Esse seria o maior crescimento desde que o índice começou a ser medido, assinalou.

– Os especialistas no assunto não cansam de afirmar que havia décadas o Brasil não apresentava conjugação tão favorável de indicadores econômicos, como crescimento e estabilidade.

Ideli destacou ainda que, segundo o IBGE, cresceu em 6,2% o registro de emprego com carteira assinada. Ela salientou a elevação da produtividade da indústria, o que permite reajustar salários sem repassar o custo para os preços. A maior oferta de crédito à população também foi apontada pela senadora como outro ponto a ser comemorado na economia.

Insatisfação

Arthur Virgílio citou o Padre Vieira para lembrar que o sentido de todo governo deve ser o desenvolvimento. Mas, frisou, o povo está “insatisfeito e maltratado”, pois não foi ouvido e agora o governo tenta, “tardiamente”, estabelecer uma conexão com o país.

Ele enfatizou outro ensinamento de Vieira, que diz: “Ao assentar

no trono do reino, a primeira coisa que o rei deve fazer é escrever da própria mão o respeito a Deus e o cumprimento fiel da lei”. E fez uma analogia da palavra Deus com *povo e país*, para demonstrar que o governante não deve se distanciar de ambos, “pois essa é a única sabedoria necessária à arte de governar”.

– A espera foi em vão para os brasileiros, pois faltou a leitura ao governante, que não compreendeu que não deve se apartar nem um pouco, para a esquerda ou para a direita, do povo, do país, de Deus.

Virgílio comentou ainda o desligamento de Plínio de Arruda Sampaio do PT e criticou a incapacidade do governo de indicar um nome da própria legenda para a Presidência da Câmara.

No mesmo pronunciamento, o senador se manifestou contra a iniciativa de incluir, na CPI dos Bingos, o escândalo envolvendo juízes de futebol, pois acredita que assim se estaria desviando o verdadeiro foco da comissão. Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a Assembléia Legislativa de São Paulo pretende instalar uma CPI e, se necessário, a comissão poderá requerer informações nela colhidas.

Virgílio expressou, ainda, solidariedade à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pela agressão sofrida na semana passada nas CPIs dos Correios e do Mensalão.

Aelton sugere recursos da Cide para rodovias

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a destinação integral dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a recuperação de estradas. Ele disse que está “indignado com a situação de extrema precariedade em que se encontra grande parte da malha rodoviária brasileira”.

Segundo o parlamentar, uma pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicou que 72% das rodovias do país estão em condições “péssimas, ruins ou deficientes”. E que 98,5% das estradas de Minas Gerais – estado que Aelton representa – também estão na mesma situação.

ACM lamenta precariedade das estradas

Ao lamentar a situação das estradas federais, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que, há quatro meses, ouviu promessas de providências do ministro dos Transportes, mas que até agora nada foi feito. Segundo o senador, o próprio Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) admite que as rodovias estão intransitáveis. Ele também citou artigo de Teófilo Antônio Filho que critica a transposição do São Francisco. Para ACM, a obra, orçada em R\$ 4 bilhões, é criminosa e traz malefícios para o Nordeste. Frisou que os bancos internacionais não querem financiá-la, porque sabem que é um mau projeto.

Heloísa critica liberação de emendas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou contra suposta decisão do governo federal de liberar cerca de R\$ 500 milhões em emendas individuais ao Orçamento da União para beneficiar parlamentares que votarem a favor do candidato apoiado pelo Poder Executivo, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), à Presidência da Câmara. A eleição para o cargo, vago em razão da renúncia de Severino Cavalcanti, será hoje.

José Jorge condena uso de verbas

José Jorge (PFL-PE) criticou o uso de verbas orçamentárias pelo governo federal para negociar apoio político para a eleição do presidente da Câmara dos Deputados. De acordo com o senador, a maior parte das emendas parlamentares – 62,8% – foram liberadas para os partidos da base do governo. Segundo ele, somente no mês de setembro o governo liberou mais emendas que nos oito meses anteriores de 2005.





Suplicy elogia campanha que já recolheu mais de 450 mil armas, poupando cerca de 5 mil vidas

Suplicy: "sim" no referendo do desarmamento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou a população a votar "sim" à proibição do comércio de armas no referendo popular marcado para o dia 23 de outubro. Ele disse participar com entusiasmo da campanha pelo desarmamento e elogiou o referendo como instrumento de consulta popular.

Segundo informou, de julho de 2004, quando começou o recolhimento de armas, até o momento, o governo já recolheu 451.542 armas, estimando que mais de 5 mil vidas tenham sido poupadas.



César Borges anuncia greve de fome de bispo na Bahia, contra início das obras de transposição

César Borges condena projeto no São Francisco

O senador César Borges (PFL-BA) protestou contra o projeto de transposição do rio São Francisco ao anunciar que o frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, na Bahia, começaria ontem uma greve de fome na tentativa de impedir o início da obra, conforme noticiou o *Correio da Bahia*. Para o senador, o projeto não resolve os problemas do Nordeste.

Segundo o parlamentar, a atitude do religioso representa a situação de desespero dos nordestinos com o descaso do governo.

Em audiência na CE, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, informou que o novo serviço deve ser anunciado hoje e discutiu a instalação da TV digital no Brasil

Telefone 50% mais barato para quem recebe até três mínimos

Trinta e cinco milhões de brasileiros poderão ser beneficiados com a redução do preço da assinatura básica dos telefones fixos, segundo previsão feita ontem pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao final de uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre a instalação da televisão digital no Brasil.

A tarifa, conforme informou, deverá ser reduzida em 50% para os assinantes que tenham renda mensal de até três salários mínimos. A medida, ressaltou o ministro, favorece uma grande faixa da população que não tem telefonia fixa em casa. A identificação dos possíveis beneficiários, ressaltou, deverá ser feita por cadastros do governo.

De acordo com Hélio Costa, a decisão sobre a redução de tarifa poderá ser anunciada ao final de uma reunião que ele terá hoje com representantes das empresas nacionais de telefonia fixa.

– Hoje o que existe é quase uma



Vice-presidente da CE, Augusto Botelho (E) preside audiência com o ministro Hélio Costa

barbaridade, pois o pobre, que praticamente só recebe chamadas, paga pelo telefone do rico – disse.

Hélio Costa observou que, ao reduzir o preço da tarifa básica, se estará na verdade ajudando as empresas a conquistar mercado entre a população de menor poder aquisitivo.

O ministro fez também um apelo aos governadores para que diminuam a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre as contas do telefone fixo. Com isso, a seu ver, será possível a promoção de uma redução ainda maior da tarifa básica.

TV digital vai privilegiar inclusão social, diz Hélio Costa

O sistema brasileiro de televisão digital, que será anunciado até o fim do ano, deverá priorizar soluções técnicas que estimulem a interatividade e a inclusão social. A previsão foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, durante audiência sobre o assunto, promovida conjuntamente pela Comissão de Educação (CE) e pelas subcomissões de Ciência e Tecnologia, e de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

– Se investirmos no *software*,

promoveremos uma verdadeira revolução industrial e científica neste país – disse o senador licenciado Hélio Costa, que havia solicitado a realização da audiência junto com Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Em dezembro, informou, será oficialmente apresentado ao presidente Lula o relatório do grupo técnico formado para discutir a instalação do sistema brasileiro. Na sequência, o governo terá dois meses para definir os produtos que serão integrados ao modelo

nacional, para que, até junho de 2006, sejam iniciadas as primeiras transmissões no novo sistema.

O ministro afirmou que o país não criará um novo padrão – como fizeram os europeus, os norte-americanos e os japoneses, ao custo de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões e que consumiu cinco a dez anos de pesquisa. Em contrapartida, o sistema brasileiro custará aproximadamente R\$ 50 milhões em pesquisas realizadas ao longo de dois anos.

Custo de transição para modelo digital preocupa senadores

A preocupação com os custos de transição do atual modelo analógico para o digital esteve presente na maior parte dos questionamentos dos senadores ao ministro Hélio Costa. Em resposta à senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), o ministro informou que será possível comprar por R\$ 40 a caixa conversora capaz de adaptar a transmissão digital aos atuais receptores analógicos domésticos.

Hélio Costa disse ainda, após questionamento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que uma das maiores preocupações do governo é não prejudicar os telespectadores mais pobres. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, comparou, não será fixada data para o fim das transmissões analógicas. Ou seja, quem optar por manter os aparelhos atuais poderá continuar assistindo a seus programas.

Cuidados

Questionado pelos senadores Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Roberto Saturnino (PT-RJ), o ministro afirmou que já estão sendo desenvolvidos no país equipamentos baratos para digitalizar as transmissões.

Co-autor do requerimento para a realização da audiência, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) elogiou a preocupação do ministro com a inclusão da "inteligência brasileira" no processo de criação do sistema nacional de televisão digital. Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou ter estimulado a especialização de técnicos do Senado no assunto, enquanto primeiro-secretário da Mesa.

Por sua vez, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apontou a necessidade de inclusão de programação local na grade das empresas de televisão a cabo. Já o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) propôs ao governo a criação de mecanismos para estimular a adoção do sistema de comunicação de dados sem fio para acelerar a inclusão digital.

O senador José Jorge (PFL-PE) demonstrou preocupação com as agências reguladoras. Em resposta, Hélio Costa afirmou que não há interferência do Ministério das Comunicações nos "procedimentos" normais da Anatel.

Sistema deve contemplar necessidades do país

Existem em todo o mundo três sistemas de TV digital – o americano, o japonês e o europeu. Cada um deles foi concebido visando às condições e peculiaridades dos países proponentes e seguindo objetivos diversos. E foram amplamente testados e analisados por entidades e especialistas brasileiros.

O sistema americano (ATSC) privilegia uma televisão com alta definição. O japonês (ISDB), além da alta definição das imagens, tem como

característica marcante a mobilidade. Já o sistema europeu (DVB), por sua vez, privilegia a múltipla programação, a interatividade e novos serviços.

O padrão a ser adotado no país deve contemplar as reais necessidades da sociedade brasileira, tendo em vista o perfil de renda da população e as novas possibilidades abertas por meio da interatividade.

É consenso que a TV digital brasi-

leira possua atributos de baixo custo e robustez na recepção; flexibilidade, de modo que as emissoras possam escolher esquemas de programação e modelos de negócio de acordo com sua conveniência e dos consumidores; além de interatividade, proporcionando educação e cultura. Configura-se também como uma oportunidade para direcionar a capacitação tecnológica de que dispõe o país para desenvolver soluções adequadas ao contexto nacional.

Senado realizará semana de valorização dos deficientes

Ao receber integrantes da Apae-DF, Renan Calheiros promete fazer da Casa referência na inclusão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem integrantes e professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae-DF), que vieram agradecer a realização, pela Casa, da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 17 e 23 de outubro.

– Vamos tentar queimar etapas para que o Senado seja uma referência e dê exemplo de inclusão – afirmou Renan.

Na abertura oficial da semana, às 11h do dia 18, no Salão Negro do Congresso Nacional, estarão presentes os atores Marcos Frola e Bruna Marquezine, que repre-

sentam deficientes visuais em novela da Rede Globo, o atleta Lars Graef e o artista plástico Siron Franco.

O evento vai mostrar o trabalho legislativo que o Senado e a Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência vêm fazendo em prol dessa parcela da população, incluindo os resultados alcançados pela Comissão de Acessibilidade. E contará com exposições de arte e artesanato produzidos por portadores de necessidades especiais integrantes de entidades como a Apae e de outras associações de ensino que prestam atendimento a pessoas com deficiência.

Na ocasião, será lançado o site do Senado, adaptado para pessoas com deficiência visual, e assinados vários atos administrativos que visam facilitar desde o acesso físico desse público ao Senado até a contratação de

peças com deficiência para a aplicação da legislação de cotas na Casa. A Secretaria de Edição do Senado Federal fará ainda a doação de publicações em braile.

Além da mostra com os produtos criados pelos portadores de necessidades especiais, haverá apresentações de *shows* musicais, lançamentos de livros e exposições de programas de rádio e televisão.

Quem comparecer ao Salão Negro vai ter uma noção de como é ser portador de necessidades especiais, uma vez que, no local, haverá um simulador de restrições de sentido criado por funcionários do Senado.

Também será realizado o seminário em videoconferência nacional “Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania”, no dia 19, no auditório do Interlegis, das 9h às 18h.

Quintanilha destaca avanços na política para o idoso

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) saudou os idosos do país pelo transcurso, ontem, do Dia Nacional do Idoso. O senador lembrou que, apesar de o projeto que instituiu essa data comemorativa ainda não ter sido aprovado na Câmara – a matéria já foi acolhida no Senado –, o dia é reconhecido informalmente pela terceira idade.

Quintanilha destacou que as políticas públicas do país para os idosos nas últimas décadas têm alcançado resultados. Ele citou como exemplo uma maior expectativa de vida da população, garantida também pela melhoria dos sistemas de saneamento público; por uma alimentação mais rica e adequada para crianças e adolescentes; e pelo progresso da tecnologia nas áreas de medicina e saúde.



Quintanilha saúda passagem do dia nacional dedicado ao idoso

Arns discute com Haddad aumento de recursos para transporte escolar

Em audiência ontem com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o vice-presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, senador Flávio Arns (PT-PR), propôs que a verba de R\$ 5 milhões para compra de veículos para o transporte escolar de alunos com deficiência seja acrescida de mais R\$ 25 milhões. Esses recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são repassados às prefeituras e entidades que atendem pessoas com deficiência.

Para viabilizar esse aumento, Fernando Haddad e Flávio Arns discutiram a aprovação de lei prevendo isenção de impostos para aquisição de veículos para escolas municipais, estaduais e de entidades de atendimento a pessoas com deficiência. O senador informou que há vários projetos de lei em tramitação no Congresso com esse objetivo. Com a isenção, os veículos sairiam pela metade do preço. Haddad sugeriu também a aprovação de emenda ao Orçamento da União, destinando verbas específicas para o transporte desses estudantes.

– Além do remanejamento orçamentário, acho importante que a Comissão de Educação direcione uma das emendas ao Orçamento da União para trans-



Arns acredita que a isenção de impostos na compra de veículos pode ser uma saída

porte escolar das pessoas com deficiência. Todos esses caminhos devem ser estudados – declarou o senador.

Flávio Arns lembrou ao ministro que, nas negociações para aprovação da Lei 10.880/04, que prevê repasse às prefeituras de R\$ 80, por estudante, para o transporte escolar, a liderança do governo prometeu que seria aumentado o repasse de recursos para as pessoas com deficiência. O Brasil tem 3 mil escolas especiais, que funcionam em cerca de 2.500 municípios para atender crianças com deficiências mais acentuadas. Entretanto, em outros 3 mil municípios há carência de unidades desse tipo, ressaltou.

Esses e outros temas serão debatidos no seminário “Acessibilidade em Debate”, durante a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.



Mercadante (1º à direita) e Renan, ladeados por dirigentes da rádio e dos Diários Associados, ouvem discurso de Sérgio Cabral sobre a importância da emissora

Ao completar 70 anos, Rádio Tupi recebe homenagem de senadores

Em solenidade realizada ontem na Presidência do Senado, a Super Rádio Tupi AM foi homenageada pela passagem do seu aniversário de 70 anos, completados no último domingo. Presentes os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Ney Suassuna (PMDB-PB), o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, além dos diretores da rádio e dos Diários Associados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a ousadia de Assis Chateaubriand ao tornar realidade, em 1935, a construção de um império de comunicação que começou com a Rádio Tupi. Renan lembrou que o elenco de artistas brasileiros incluía nomes como Carmem Miranda, Aracy de Almeida e Dorival Caymmi. Nos

anos 50, vieram outros grandes nomes, como Elizeth Cardoso, Sílvio Caldas, Paulo Gracindo e Mazzaropi. Ele citou ainda Odvaldo Cozzi, que criou, nos anos 50, o modelo de transmissão de futebol que vigora até hoje.

O presidente da rádio, Maurício Dinepi, recordou que a Tupi foi a primeira a noticiar o fim da 2ª Guerra Mundial. Também foi a emissora em que Ary Barroso apresentou pela primeira vez a música *Aquarela do Brasil* e em que o maestro Heitor Villa-Lobos regeu o *Hino Nacional*, na solenidade de inauguração da rádio.

Sérgio Cabral disse que a Tupi se modernizou sem perder a tradição e já iniciou suas transmissões em modo digital.

– Eu tenho muito orgulho de pertencer ao que chamamos de família Tupi – afirmou Cabral.

Crivella lembra história da Tupi e da Rede Record

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) comemorou os aniversários da Rádio Tupi, inaugurada no Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1935, e da Rede Record, que completou 52 anos ontem. Por outro lado, lamentou a morte do humorista Ronald Golias, ocorrida na madrugada dessa terça.

Quando Chateaubriand criou a Tupi, disse Crivella, o Brasil vivia um período de conflitos, com políticos interessados em instalar um governo autoritário. Meses antes da inauguração da emissora, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), formada por ex-tenentes, socialistas e líderes sindicais.

– A ANL tinha como objetivo derrubar Getúlio Vargas e integrar um novo sistema de governo socialista. Mas a organização perdeu força e teve que ser fechada



Crivella (foto) também lamentou a morte do humorista Ronald Golias

– comentou.

Já a TV Record, prosseguiu Crivella, foi a terceira emissora de televisão de São Paulo. Fundada pelo empresário Paulo Machado de Carvalho, a Record adotou, inicialmente, uma programação de *shows* humorísticos e musicais.

Em apartes, os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentaram toda a equipe de diretores e funcionários da Record e aplaudiram o trabalho realizado pelo jornalista Bóris Casoy, que comanda o jornalismo da TV.